



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

ASPECTOS GERAIS

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

Autarquia do Município de Caxias do Sul, o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, foi criado pela Lei Municipal n.º 1.474, de 05 de janeiro de 1966, sendo diretrizes que constituem sua identidade organizacional estabelecidas pela Portaria n.º 24.305, de 23 dezembro de 2015:

- **Missão:** prestar serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, de forma eficiente e qualificada, garantindo à população caxiense a constante melhoria, rumo à excelência, com sustentabilidade e responsabilidade socioambiental;
- **Visão:** ser reconhecido pela excelência na prestação de serviços públicos, na qualidade da água fornecida, no tratamento de esgoto de forma eficaz e na relação transparente com a comunidade, e
- **Valores:** excelência em abastecimento de água e esgotamento sanitário com qualidade, valorização dos servidores, responsabilidade fiscal e socioambiental, ética e transparência.

A Sede Administrativa está situada à Rua Pinheiro Machado, 1615, no Centro de Caxias do Sul, e o Órgão da Administração Indireta está inscrito no CNPJ sob o n.º 88.659.313/0001-05.

NOTA 2 – CRITÉRIOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As receitas e despesas orçamentárias foram codificadas de acordo com a Portaria Interministerial n.º 163, de 04 de maio de 2001 e suas respectivas alterações, sendo seus desdobramentos registrados em conformidade com o Elenco de Contas, expedido pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul. Ressalta-se que a classificação da receita respeitou o novo ementário expedido pela STN – Secretaria do Tesouro Nacional – que criou segregação de acordo com os tipos: 0 – agregador, 1 – principal, 2 – multas e juros da respectiva receita, 3 – dívida ativa da respectiva receita e 4 – multas e juros da dívida ativa, registrado logo após os desdobramentos gerenciais. O registro, no aspecto orçamentário, e obedecendo ao disposto no art. 35 da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, considerou como realizadas as despesas legalmente empenhadas e as receitas efetivamente arrecadadas no exercício. As alterações da situação líquida patrimonial foram registradas à conta de variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.

NOTA 3 – UTILIZAÇÃO SUBSIDIÁRIA DE NORMAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

Considerando que não houve ausência de norma contábil aplicada ao setor público, não foram utilizadas, subsidiariamente, normas nacionais e internacionais.

NOTA 4 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações referem-se ao exercício financeiro de 2019 e coincidem com o ano civil, sendo compostas por: Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração dos Fluxos de Caixa. Foram elaboradas em observância aos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial, a Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar n.º 101, de 05 de maio de 2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e as seguintes Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC's) publicadas pelo Ministério da Fazenda através da Secretaria do Tesouro Nacional: IPC 04 – Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial; IPC 05 – Metodologia para Elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais; IPC 06 – Metodologia para Elaboração do Balanço Financeiro; IPC 07 – Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário, e IPC 08 – Metodologia para Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

[ANEXO 12 DA LEI FEDERAL N.º 4.320 DE 17 DE MARÇO DE 1964]

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas estimadas e as despesas fixadas em confronto com as realizadas e foi elaborado em consonância com a IPC 07. Apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação. Demonstra, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

Sua elaboração levou em consideração as classes 5, grupo 2 (*Orçamento aprovado: previsão da receita e fixação da despesa*) e 6, grupo 2 (*Execução do orçamento: realização da receita e execução da despesa*) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP.

É composto por três quadros: (i) Principal; (ii) Execução dos Restos a Pagar Não Processados, e (iii) Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados.

NOTA 1 – RECEITAS E DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

A seguir, demonstra-se resumo do quadro principal do balanço orçamentário, onde é possível constatar que, no exercício financeiro de 2019, o resultado obtido foi superavitário:

Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial (R\$)	Previsão Atualizada (R\$)	Receitas Realizadas (R\$)	Saldo (R\$)		
Receitas Correntes	229.980.000,00	229.980.000,00	243.825.700,62	13.845.700,62		
Receitas de Capital	20.000,00	453.217,65	115.101,08	-338.116,57		
Somatório (R\$)	230.000.000,00	230.433.217,65	243.940.801,70	13.507.584,05		
Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Atualizada (R\$)	Despesas Empenhadas (R\$)	Despesas Liquidadas (R\$)	Despesas Pagas (R\$)	Saldo (R\$)
Despesas Correntes	158.711.273,68	160.929.695,44	142.528.591,74	136.610.504,80	131.606.918,28	18.401.103,70
Despesas de Capital	70.703.726,32	71.518.172,85	46.417.315,03	38.395.305,24	36.998.779,24	25.100.857,82
Reserva de Contingência	500.000,00	7.960,00	0,00	0,00	0,00	7.960,00
Somatório (R\$)	229.915.000,00	232.455.828,29	188.945.906,77	175.005.810,04	168.605.697,52	43.509.921,52
Superávit Orçamentário (R\$)	54.994.894,93					

Tabela 1: Quadro Principal do Balanço Orçamentário

No decorrer do exercício financeiro, via Decreto do Executivo Municipal, foram adequadas bimestralmente as metas de arrecadação, a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso do SAMAE.

No quadro principal do Balanço Orçamentário, conforme previsto na IPC 07, as despesas são apresentadas pelos valores empenhados, já os valores das receitas informados são líquidos das respectivas deduções. A seguir, apresentamos a composição da receita orçamentária e o montante de suas deduções, evidenciando as importâncias registradas na arrecadação ao final do exercício:

Categoria Econômica/Origem da Receita	Arrecadação Bruta (R\$)	Deduções (R\$)	Arrecadação Líquida (R\$)
Receitas Correntes	250.702.666,73	6.876.966,11	243.825.700,62
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.627.656,28	2.161,56	2.625.494,72
Receita Patrimonial	10.961.606,22	-	10.961.606,22
Receita de Serviços	234.443.263,03	6.825.899,34	227.617.363,69
Outras Receitas Correntes	2.670.141,20	48.905,21	2.621.235,99
Receitas de Capital	115.101,08	-	115.101,08
Alienação de Bens	115.101,08	-	115.101,08
Totais (R\$)	250.817.767,81	6.876.966,11	243.940.801,70

Tabela 2: Receita Orçamentária

NOTA 2 – OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS

Quanto às operações intraorçamentárias, realizadas entre Órgãos Municipais, informa-se que não foram arrecadadas receitas intraorçamentárias no exercício de 2019 e que as despesas intraorçamentárias, referentes às contribuições para o Fundo de Aposentadoria e Pensão (FAPS) e ao atendimento à saúde – IPAM SAÚDE, totalizaram R\$17.003.771,37 (dezessete milhões, três mil, setecentos e setenta e um reais e trinta e sete centavos).

Ainda, as transferências financeiras intraorçamentárias, não constituem receitas e despesas orçamentárias, desta forma, não integram o Balanço Orçamentário, em conformidade com o que dispõem as Portarias Interministeriais STN/SOF n.º 163, de 04 de maio de 2001 e STN n.º 339, de 29 de agosto de 2001 e, encontram-se detalhadas na nota explicativa 3 do Balanço Financeiro.

4

NOTA 3 – DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS ADICIONAIS

No que tange ao detalhamento das despesas executadas por tipos de créditos (inicial, suplementar, especial e extraordinário) relacionados à execução do orçamento do exercício, evidencia-se o demonstrado no quadro seguinte:

Composição dos Créditos Adicionais			
Tipos de Crédito	Dotação Atualizada (R\$)	Despesa Executada Empenhada (R\$)	Execução/total de autorizações (%)
Inicial	229.915.000,00	188.945.906,77	81,28
Suplementar	2.540.828,29		
Total (R\$)	232.455.828,29		

Tabela 3: Composição dos Créditos

Conforme pode ser visualizado acima, considerou-se a execução dos créditos iniciais em conjunto com os suplementares.

Para a abertura de créditos suplementares, são considerados, como recursos disponíveis, os provenientes da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias e o superávit financeiro.

No exercício em tela, foi utilizado parte do crédito orçamentário destinado à reserva de contingência no valor de R\$492.040,00 (quatrocentos e noventa e dois mil e quarenta reais), como fonte de recursos para suplementação em outras rubricas; no entanto, demonstra o balancete contábil que somente a suplementação de R\$352.040,00 (trezentos e cinquenta e dois mil e quarenta reais) fora realizada sob a fonte reserva de contingência, e o saldo restante sob a fonte anulação de dotação. Além disso, houve redução orçamentária de R\$3.323.955,64 (três milhões, trezentos e vinte e três mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos) a título de suplementação em transferência intragovernamental.

NOTA 4 – SUPERÁVIT FINANCEIRO E ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS

Não ocorreu, no exercício financeiro, a abertura de créditos especiais e extraordinários conforme previsto nos termos do artigo 167 da Constituição Federal. O superávit financeiro foi utilizado na abertura de créditos adicionais suplementares, dentro de seus limites disponíveis, conforme o demonstrativo:

Recursos Ordinários e Vinculados	Superávit Financeiro Apurado em 31/12/2018 (R\$)	Utilização em Créditos Suplementares (R\$)	Utilização em Créditos Adicionais/Superávit Financeiro - %
Código do Recurso/Descrição			
400 - Recurso Livre - Administração Indireta	139.150.490,37	5.431.566,28	3,90
1265 - CEF - PAC 2 - 3ª Etapa - Lei Municipal n.º 7618/2013	216.659,64	-	-
7008 - Alienação de Bens Imóveis	213.109,53	-	-
Totais (R\$)	139.580.259,54	5.431.566,28	3,89

Tabela 4: Utilização do Superávit Financeiro

NOTA 5 – RESTOS A PAGAR

O quadro da despesa do Balanço Orçamentário possibilita a apuração dos restos a pagar do exercício, e, assim, as despesas que foram empenhadas e não pagas até 31 de dezembro de 2019 foram inscritas em Restos a Pagar, em atendimento aos artigos 36 e 92 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, observadas as recomendações da Instrução Normativa n.º 13, de 27 de novembro de 2018, do Tribunal de Contas do Estado, e os preceitos da Lei Complementar n.º 101, de 05 de maio de 2000. A IPC 07, que trata desta demonstração contábil, apresenta como anexos, os quadros da Execução dos Restos a Pagar Não Processados e da Execução dos Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar Não Processados Liquidados. Já, a Corte de Contas do Estado sintetizou as informações sobre a execução dos restos a pagar em quadro único, que a seguir demonstramos:

Quadro da Execução dos Restos a Pagar (R\$)						
Despesas Orçamentárias	RPNP Exercício Anterior (a)	RPP Exercício Anterior (b)	Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f = a+b-d-e)
Correntes	11.677.544,51	4.224.180,36	8.801.448,00	13.025.628,36	2.865.393,02	10.703,49
Pessoal e encargos sociais	417.001,83	849.728,01	296.006,48	1.145.734,49	120.995,35	-
Outras despesas correntes	11.260.542,68	3.374.452,35	8.505.441,52	11.879.893,87	2.744.397,67	10.703,49
De Capital	6.723.411,16	1.379.297,31	6.233.625,05	7.612.922,36	489.786,11	-
Investimentos	6.723.411,16	1.379.297,31	6.233.625,05	7.612.922,36	489.786,11	-
Totais	18.400.955,67	5.603.477,67	15.035.073,05	20.638.550,72	3.355.179,13	10.703,49

Tabela 5: Quadro da Execução dos Restos a Pagar

À continuação, sintetizamos os valores inscritos em restos a pagar não processados e processados no exercício de 2019, sendo os primeiros inscritos tão somente em contas das classes de Controles da Aprovação e Execução do Planejamento e Orçamento:

Quadro da Inscrição de Restos a Pagar no Exercício (R\$)			
Despesas Orçamentárias	RPNP - Inscrição no Exercício (a)	RPP - Inscrição no Exercício (b)	Total inscrito no exercício (c = a+b)
Correntes	5.918.086,94	5.003.586,52	10.921.673,46
Pessoal e encargos sociais	821.055,48	1.114.311,40	1.935.366,88
Outras despesas correntes	5.097.031,46	3.889.275,12	8.986.306,58
De Capital	8.022.009,79	1.396.526,00	9.418.535,79
Investimentos	8.022.009,79	1.396.526,00	9.418.535,79
Totais	13.940.096,73	6.400.112,52	20.340.209,25

Tabela 6: Quadro da Inscrição de Restos a Pagar

NOTA 6 – RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário demonstra o resultado orçamentário, calculado pela simples diferença entre as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas. Desta forma, verifica-se que, no exercício em tela, o Superávit Orçamentário foi de R\$54.994.894,93 (cinquenta e quatro milhões, novecentos e noventa e quatro mil, oitocentos e noventa e quatro reais e noventa e três centavos), que corresponde a 23,92% do orçamento original da Autarquia. Abaixo, apresentamos quadro sintético com informações extraídas do Anexo 12, evidenciando resultado orçamentário superavitário obtido no exercício de 2019:

Resultado Orçamentário (em R\$)				
Receitas (a)		Despesas (b)		Resultado = [(a) – (b)]
Receitas Correntes	243.825.700,62	Despesas Correntes	142.528.591,74	Superávit Corrente (d) 101.297.108,88
Receitas de Capital	115.101,08	Despesas de Capital	46.417.315,03	Déficit de Capital (e) 46.302.213,95
Resultado Orçamentário = [(d) + (e)]				54.994.894,93

Tabela 7: Resultado Orçamentário

A segregação do resultado orçamentário por categoria econômica permite apurar a capitalização ou a descapitalização orçamentária. Do quadro anterior, depreende-se que houve capitalização orçamentária, posto que a receita corrente foi aplicada em despesas de capital, fato que pode ser confirmado pela apuração simultânea de superávit corrente e déficit de capital.

BALANÇO FINANCEIRO

[ANEXO 13 DA LEI FEDERAL N.º 4.320 DE 17 DE MARÇO DE 1964]

Elaborado em consonância com a IPC 06, evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte. Assim, contempla duas seções: Ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extraorçamentários) e Dispêndios (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extraorçamentários), que se equilibram com a inclusão do saldo em espécie do exercício anterior na coluna dos ingressos e o saldo em espécie para o exercício seguinte na coluna dos dispêndios, o que permite elaborarmos o seguinte quadro:

Resumo da Movimentação Financeira (R\$)			
Saldo do exercício anterior (a)	164.505.051,38	Dispêndios (c)	229.815.937,17
Ingressos (b)	281.295.063,48	Despesas Orçamentárias	188.945.906,77
Receitas Orçamentárias	243.940.801,70	Pagamentos Extraorçamentários	37.494.388,37
Recebimentos Extraorçamentários	37.354.261,78	Transferências Financeiras Concedidas	3.375.642,03
Saldo para o exercício seguinte = [(a) + (b) – (c)]			215.984.177,69

Tabela 8: Resumo da Movimentação Financeira

O Balanço Financeiro foi elaborado utilizando-se das seguintes classes do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público: (a) Classes 1 (*Ativo*) e 2 (*Passivo*) para os recebimentos e pagamentos extraorçamentários, bem como para o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte; (b) Classe 3 (*Variações Patrimoniais Diminutivas*) para as transferências financeiras concedidas; (c) Classe 5 para o preenchimento dos restos a pagar inscritos no exercício, conforme parágrafo único do artigo 103 da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, e (d) Classe 6 para o preenchimento das informações de execução da receita e despesa orçamentária.

NOTA 1 – RECEITAS E DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

No Balanço Financeiro, conforme previsto na IPC 06, os valores das despesas são apresentados pelos valores empenhados, já as receitas orçamentárias são informadas líquidas das respectivas deduções, ambas estão segregadas em destinações ordinárias e vinculadas. As deduções orçamentárias da receita podem ser verificadas na Tabela 2 da Nota 1 do Balanço Orçamentário. Quanto aos ingressos e dispêndios vinculados sob o título *Outras Destinações*, informa-se que a composição dos primeiros consta do quadro anexo ao Balanço Financeiro, já os dispêndios, apresentados sob esse título, referem-se a despesas efetivadas apenas com a destinação vinculada 1265 – CEF – PAC 2 – 3 Etapa Abastecimento de Água – Lei Municipal n.º 7.618, de 17 de junho de 2013.

NOTA 2 – RECEBIMENTOS E PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS

Os valores registrados nesse grupo referem-se a operações que não transitam pelo orçamento, bem como às inscrições e pagamentos de restos a pagar processados e não processados, procedidas por ocasião do encerramento do exercício e demonstradas por categoria econômica da despesa, na Tabela 6 da Nota 5 do Balanço Orçamentário. Objetivando um melhor alinhamento com a IPC 06, nos agrupamentos *Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários*, foi informada a movimentação, a débito e a crédito, das contas financeiras do Ativo e Passivo Circulante, sob o título de *Outros Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários*, por ser a melhor técnica contábil e guardar conformidade com os dados apresentados na Demonstração dos Fluxos de Caixa. A seguir, apresentamos as movimentações ocorridas no exercício de 2019:

Recebimentos/Pagamentos Extraorçamentários	Ingressos (R\$)	Dispêndios (R\$)
Inscrição/Pagamento de Restos a pagar não processados	13.940.096,73	15.035.073,05
Inscrição/Pagamento de Restos a pagar processados	6.400.112,52	5.603.477,67
Depósitos restituíveis e valores vinculados	16.783.811,48	16.625.596,60
Consignações	4.241.774,85	4.231.228,95
Depósitos Judiciais	46.631,96	46.631,96
Depósitos não judiciais	677.669,67	523.742,11
Valores restituíveis - Intra OFSS - Consignações	11.817.735,00	11.823.993,58
Outros Recebimentos/Pagamentos Extraorçamentários	230.241,05	230.241,05
Créditos a receber decorrentes da folha de pagamento	230.241,05	230.241,05
Totais (R\$)	37.354.261,78	37.494.388,37

Tabela 9: Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários

NOTA 3 – TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS

As transferências financeiras intragovernamentais concedidas estão detalhadas no demonstrativo a seguir apresentado:

Transferências Financeiras Intragovernamentais Concedidas	
Destino	Montante (R\$)
Repasse ao IPAM Saúde – Lei Complementar Municipal n.º 298/2007	2.603,09
Repasse ao Município de Caxias do Sul - Convênio 1203/2018 – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO	49.083,30
Repasse ao Fundo Municipal de Defesa do Consumidor – Termo de Acordo Judicial – Processo nº 010/1.13.0005587-1	3.323.955,64
Total (R\$)	3.375.642,03

Tabela 10: Transferências Financeiras Intragovernamentais Concedidas

NOTA 4 – SALDOS DO EXERCÍCIO ANTERIOR E PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE

Compõem-se pela soma das disponibilidades financeiras da Autarquia e dos direitos de atributos financeiros com destinação vinculada, sendo a fidedignidade dos saldos bancários assegurada pela realização de conciliações bancárias de forma habitual.

NOTA 5 – RESULTADO FINANCEIRO

Como descrito no MCASP – 8ª edição, o resultado financeiro do exercício não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial. O superávit financeiro apurado no Balanço Financeiro não é fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais, pois representa apenas que o montante de ingressos do período é superior ao montante de dispêndios. Em geral, um resultado financeiro positivo é um indicador de equilíbrio financeiro; entretanto, uma variação positiva na disponibilidade do período não é sinônimo, necessariamente, de bom desempenho da gestão financeira, pois pode decorrer, por exemplo, da elevação do endividamento público, e vice-versa. Análises devem ser feitas sempre conjuntamente com o Balanço Patrimonial, considerando os fatores mencionados e as demais variáveis orçamentárias e extraorçamentárias.

O Balanço Financeiro permite a apuração do resultado financeiro do exercício, cálculo que pode ser realizado de dois modos:

Modo 1	Valor (R\$)	Modo 2	Valor (R\$)
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte	215.984.177,69	Receitas Orçamentárias	243.940.801,70
(-) Saldo em Espécie do Exercício Anterior	164.505.051,38	(+) Recebimentos Extraorçamentários	37.354.261,78
(=) Resultado Financeiro do Exercício	51.479.126,31	(-) Despesa Orçamentária	188.945.906,77
		(-) Transferências Financeiras Concedidas	3.375.642,03
		(-) Pagamentos Extraorçamentários	37.494.388,37
		(=) Resultado Financeiro do Exercício	51.479.126,31

Tabela 11: Resultado Financeiro (Modos 1 e 2)

O resultado financeiro apresentado, acrescido do saldo inicial registrado na conta de direito *1.1.3.5 – Depósitos restituíveis e valores vinculados* – R\$216.728,23 (duzentos e dezesseis mil, setecentos e vinte e oito reais e vinte e três centavos), totaliza a variação líquida de caixa apresentada na Demonstração dos Fluxos de Caixa, qual seja R\$51.695.854,54 (cinquenta e um milhões, seiscentos e noventa e cinco mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos).

BALANÇO PATRIMONIAL

[ANEXO 14 DA LEI FEDERAL N.º 4.320 DE 17 DE MARÇO DE 1964]

O Balanço Patrimonial observou a IPC 04 para sua elaboração, sendo que a classificação das contas considerou a segregação em circulante e não circulante, tomando por base os atributos de conversibilidade e exigibilidade, respectivamente, para as classes de ativo e passivo. É composto pelos seguintes quadros:

- (i) Principal: foi elaborado utilizando-se as classes 1 (*Ativo*) e 2 (*Passivo e Patrimônio Líquido*) do PCASP;
- (ii) Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes: foram apresentados pelos seus valores totais, com segregação realizada de acordo com os atributos das contas;
- (iii) Contas de Compensação: foi elaborado utilizando-se os Grupos de Execução dos Atos Potenciais Ativos e Passivos da classe 8 (*Controles Credores*) do PCASP, e
- (iv) Superávit/Déficit Financeiros: cuja elaboração levou em conta o saldo da conta 8.2.1.1.1.00.00 – Disponibilidade por Destinação de Recurso, segregado por Fonte/Destinação de Recurso.

NOTA 1 – ATIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

NOTA 1.1 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Este agrupamento compreende o somatório das disponibilidades financeiras do Órgão, de liquidez imediata, atualizadas até a data de encerramento do exercício de 2019, avaliadas pelo valor justo, representando os recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da Autarquia, respeitadas as destinações previstas nas peças orçamentárias.

Apesar de não ser um resultado de gestão, é importante mencionar que houve um aumento, de 2018 para 2019, dos valores de Caixa e Equivalentes de Caixa, da ordem de 31,47%.

NOTA 1.2 – CRÉDITOS A CURTO E LONGO PRAZOS

Os valores que compõem os grupos Créditos a Curto Prazo e Créditos a Longo Prazo referem-se aos créditos oriundos de Dívida Ativa, líquidos dos ajustes a valores recuperáveis.

NOTA 1.2.1 – DÍVIDA ATIVA

A Dívida Ativa compreende os créditos a favor da Autarquia, de origem tributária e não tributária, não recebidos nas datas aprazadas, e cuja certeza e liquidez foram apuradas. Os valores registrados são apresentados de forma corrigida, acrescidos de atualização monetária, juros e multas incorridos até a data do Balanço Patrimonial.

NOTA 1.2.1.1 – SEGREGAÇÃO EM CURTO E LONGO PRAZOS

A segregação da Dívida Ativa em curto e longo prazos foi realizada mediante a metodologia de cálculo sugerida pela Portaria STN n.º 564, de 27 de outubro de 2004, que prevê que o montante a ser registrado em curto prazo seja estimado pelo dobro da média anual de recebimentos efetivos dos últimos três exercícios. O longo prazo abriga o restante do estoque de créditos inscritos em dívida ativa.

Tem-se, então, os seguintes valores, utilizados para registro em curto prazo, indicados na última coluna, representando o saldo contábil final apurado no exercício de 2019 e, consequentemente, o saldo contábil inicial para o exercício de 2020:

Recebimentos – Exercícios Anteriores e Média – Dívida Ativa Tributária (R\$)				
Histórico de Recebimentos Passados			Total	Dobro da Média Anual
2017 (a)	2018 (b)	2019 (c)	(d) = [(a) + (b) + (c)]	2 x [(d)/3]
254.813,72	296.417,61	353.046,81	904.278,14	602.852,09

Recebimentos – Exercícios Anteriores e Média – Dívida Ativa Não Tributária (R\$)				
Histórico de Recebimentos Passados			Total	Dobro da Média Anual
2017 (a)	2018 (b)	2019 (c)	(d) = [(a) + (b) + (c)]	2 x [(d)/3]
8.123.702,23	7.675.538,10	7.513.363,86	23.312.604,19	15.541.736,13

Tabela 12: Recebimentos – Exercícios Anteriores e Média

NOTA 1.2.1.2 – AJUSTES A VALOR RECUPERÁVEL

Embora gozem de prerrogativas jurídicas para cobrança, os créditos inscritos em Dívida Ativa, apresentam elevado grau de incerteza quanto a sua realização. Desta forma, constituíram-se os procedimentos de ajustes a valores recuperáveis, registrados por meio de contas redutoras do ativo e revistos anualmente. A Autarquia utiliza, como parâmetro, a técnica sugerida pela Portaria STN n.º 564, de 27 de outubro de 2004, baseada no histórico de recebimentos passados, utilizando os últimos três exercícios para os cálculos, segregados por tipo de crédito: tributário e não tributário.

AJUSTE PARA PERDAS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA

1 – Cálculo da média ponderada dos recebimentos, abaixo demonstrado:

Dívida Ativa Tributária			
Histórico de Recebimentos Passados	2016 (R\$)	2017(R\$)	2018 (R\$)
(a) Soma dos Saldos Contábeis da Dívida Ativa	55.786.378,20	67.055.512,35	79.996.424,88
(b) Média Mensal dos Saldos Contábeis [(b) = (a)/12]	4.648.864,85	5.587.959,36	6.666.368,74
(c) Soma da Arrecadação de Dívida Ativa (principal, multas e juros)	188.507,97	254.813,72	296.417,61
(d) Média Mensal dos Recebimentos [(d) = (c)/12]	15.709,00	21.234,48	24.701,47
(e) Média ponderada de recebimentos [(e) = ((d)/(b))*100%]	0,34%	0,38%	0,37%

Tabela 13: Dívida Ativa Tributária – Média Ponderada

2 – Cálculo da média percentual de recebimentos: $(0,34\% + 0,38\% + 0,37\%) / 3 = 0,36\%$

3 – Índice de ajuste para perdas: $100\% - 0,36\% = 99,64\%$

4 – Evidenciação do montante recuperável, ao final do exercício de 2019:

(a) Saldo da dívida ativa tributária - longo prazo	R\$8.058.225,31
(b) Índice de ajuste para perdas	99,64 %
(c) Valor do ajuste para perdas da dívida ativa tributária [(c) = (a) x (b)]	R\$8.029.215,70
(d) Montante recuperável [(d) = (a) – (c)]	R\$29.009,61

AJUSTE PARA PERDAS DA DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA

1 – Cálculo da média ponderada dos recebimentos, abaixo demonstrado:

Dívida Ativa Não Tributária			
Histórico de Recebimentos Passados	2016 (R\$)	2017 (R\$)	2018 (R\$)
(a) Soma dos Saldos da Dívida Ativa (total)	308.750.639,88	369.065.920,78	453.341.357,46
(b) Média mensal dos saldos [(b) = (a)/12]	25.729.219,99	30.755.493,40	37.778.446,46
(c) Soma da arrecadação de Dívida Ativa (principal, multas e juros)	6.824.588,74	8.123.702,23	7.675.538,10
(d) Média mensal dos recebimentos [(d) = (c)/12]	568.715,73	676.975,19	639.628,18
(e) Média ponderada de recebimentos [(e) = ((d)/(b)*100)%]	2,21%	2,20%	1,69%

Tabela 14: Dívida Ativa Não Tributária – Média Ponderada

2 – Cálculo da média percentual de recebimentos: $(2,21\% + 2,20\% + 1,69\%) / 3 = 2,03\%$

3 – Índice de ajuste para perdas: $100\% - 2,03\% = 97,97\%$

4 – Evidenciação do montante recuperável, ao final do exercício de 2019:

(a) Saldo da dívida ativa não tributária - longo prazo	R\$37.808.860,60
(b) Índice de ajuste para perdas	97,97 %
(c) Valor do ajuste para perdas da dívida ativa não tributária [(c) = (a) x (b)]	R\$37.041.340,73
(d) Montante recuperável [(d) = (a) – (c)]	R\$767.519,87

NOTA 1.3 – DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

Sob o enfoque patrimonial, consideraram-se, como receita lançada, registrada mediante a ocorrência dos fatos geradores, os créditos a receber, tributários e não tributários, gerados no exercício de 2019, porém com vencimento no exercício de 2020. Houve também o registro de créditos a receber decorrentes da folha de pagamento.

NOTA 1.4 – ESTOQUES

Compreende o valor dos bens adquiridos com o objetivo de utilização própria no curso normal das atividades, sendo utilizado como método para mensuração das saídas de estoques, o custo médio ponderado, conforme determina o inciso III, art. 106 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

O inventário dos bens de estocados para consumo foi realizado pela Comissão para Elaboração de Inventário de Bens do Almoxarifado, nomeada pela Portaria n.º 27.385, de 31 de outubro de 2019.

NOTA 1.5 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

A conta *Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente* refere-se às despesas com a renovação de seguros contratados pela Autarquia, assinaturas e anuidades e licenças de softwares, apropriadas mensalmente, em observância ao princípio da competência.

NOTA 1.6 – INVESTIMENTOS

Ao final do exercício, foram atualizadas as *participações permanentes*, tomando-se por base o quantitativo de ações e seu valor patrimonial.

NOTA 1.7 – ATIVO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

O saldo contábil da classe de ativo imobilizado *Bens Móveis*, apresentado ao final do exercício de 2019, deduzida a depreciação acumulada, corresponde ao saldo dos controles analíticos da Seção de Registro de Patrimônio. A classe de ativos *Bens Imóveis* está registrada pelo custo de aquisição e/ou construção.

Os *Ativos Intangíveis* são compostos por softwares e licenças destinados à manutenção das ações de governo ou exercidos com essa finalidade.

NOTA 1.7.1 – COMPOSIÇÃO DO SALDO CONTÁBIL DO ATIVO IMOBILIZADO

O ativo imobilizado é composto por bens móveis e imóveis e totalizou, ao final do exercício, R\$695.974.476,87 (seiscentos e noventa e cinco milhões, novecentos e setenta e quatro mil, quatrocentos e setenta e seis reais e oitenta e sete centavos), valor distribuído em várias contas contábeis, conforme detalhado na tabela a seguir:

Ativo Imobilizado	Valor (R\$)
Bens Móveis	31.339.779,23
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	18.630.973,57
Bens de Informática	4.141.094,57
Móveis e Utensílios	1.449.074,39
Materiais culturais, educacionais e de comunicação	165.617,32
Veículos	6.845.223,22
Demais Bens Móveis	107.796,16
Depreciação Acumulada – Bens Móveis	(11.697.130,06)
Bens Imóveis	676.331.827,70
Bens de Uso Especial	56.427.467,90
Bens de Uso Comum do Povo	556.322.293,76
Bens Imóveis em Andamento	63.546.116,04
Instalações	35.950,00
Total (R\$)	695.974.476,87

Tabela 15: Composição do Saldo do Ativo Imobilizado

NOTA 1.7.2 – COMPOSIÇÃO DO ATIVO INTANGÍVEL

Os Bens Intangíveis da Autarquia são mensurados pelo seu custo histórico deduzida a amortização acumulada, totalizando, ao final do exercício, R\$4.440.539,19 (quatro milhões, quatrocentos e quarenta mil, quinhentos e trinta e nove reais e dezenove centavos).

NOTA 1.7.3 – DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

As variáveis utilizadas para o cálculo da depreciação são a vida útil e o valor residual individual de cada bem. A definição da vida útil econômica, por questões de julgamento, é diferenciada para bens usados e novos: para os bens adquiridos até 31 de março de 2014, é resultado de avaliação técnica; e, para os bens novos, o Órgão elaborou tabela de depreciação contendo o tempo de vida útil e os percentuais residuais a serem aplicados, utilizando como parâmetro a macrofunção 020330 do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, estabelecida na Instrução Normativa n.º 009, de 17 de dezembro de 2019.

O registro da depreciação dos bens móveis e da amortização dos bens intangíveis foi realizado utilizando-se o método das cotas constantes, também denominado de método linear, em que os registros do encargo permanecem inalterados durante a vida útil de cada bem.

NOTA 1.7.4 – ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS

A Portaria n.º 26.544, de 10 de outubro de 2018, nomeou os integrantes da Comissão Especial de Leilão e, após processo de chamamento público de leiloeiro oficial, realizou-se, na data de 26 de setembro de 2019, leilão com o intuito de proceder a alienação de bens móveis patrimoniais inservíveis, obtendo-se uma receita de capital de R\$115.101,08 (cento e quinze mil, cento e um reais e oito centavos).

NOTA 1.7.5 – IMOBILIZADOS E INTANGÍVEIS RECEBIDOS POR CESSÃO DE USO OU OBTIDOS A TÍTULO GRATUITO

Os ativos imobilizados e intangíveis obtidos a título de Cessão de Uso, estão registrados em contas contábeis de controle, sendo que a origem é a Administração Direta (Poder Executivo – Município de Caxias do Sul) e, ao final do exercício totalizaram R\$118.440,00 (cento e dezoito mil, quatrocentos e quarenta reais), já os bens cedidos, sob o mesmo título, pela Autarquia ao Município importaram em R\$139.915,24 (cento e trinta e nove mil, novecentos e quinze reais e vinte e quatro centavos). No ano de 2019 foram realizadas doações ao Município no valor de R\$992.966,43 (novecentos e noventa e dois mil, novecentos e sessenta e seis reais e quarenta e três centavos), em consonância com o disposto nos Processos Administrativos n.ºs 2019008212 e 2018021062.

NOTA 1.7.6 – INVENTÁRIO ANUAL

Em atendimento ao disposto na Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, o inventário dos bens integrantes do acervo patrimonial da Autarquia foi realizado pelos membros da Comissão Permanente de Inventário Patrimonial, nomeados pela Portaria n.º 26.444, de 29 de agosto de 2019.

NOTA 2 – PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

NOTA 2.1 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO

As informações desta linha compreendem o saldo das obrigações reconhecidas pelo regime de competência, referentes a pessoal (inclusive precatórios) e encargos sociais a pagar.

A provisão para férias é calculada mensalmente a razão de 1/12 (um doze avos) sobre o salário base de cálculo, considerando-se, também, os eventos de atualização e acréscimos legais pertinentes. A provisão para os encargos sociais é calculada sobre a provisão para férias, considerando-se as alíquotas e incidências legais. O saldo de provisão de férias e encargos sociais representa o saldo financeiro das férias, vencidas e proporcionais, na data de 31 de dezembro de 2019 e, totalizou, ao final do exercício, R\$8.387.211,02 (oito milhões, trezentos e oitenta e sete mil, duzentos e onze reais e dois centavos).

A constituição da provisão de licença-prêmio observou, para sua composição, o critério do direito adquirido, considerando-se o quinquênio trabalhado, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal n.º 3.673, de 24 de junho de 1991. Assim, o saldo dessa provisão é composto apenas pelas licenças-prêmio já adquiridas, cujo valor acumulado, ao final do exercício, era de R\$1.949.119,47 (um milhão, novecentos e quarenta e nove mil, cento e dezenove reais e quarenta e sete centavos).

Os precatórios de pessoal estão registrados pelo valor atualizado, até a data do Balanço Patrimonial, de acordo com a informação recebida do Tribunal Regional do Trabalho, totalizando R\$97.332,60 (noventa e sete mil, trezentos e trinta e dois reais e sessenta centavos).

NOTA 2.2 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO E LONGO PRAZOS

Trata-se de obrigações financeiras internas, captadas em exercícios anteriores, ajustadas mensalmente ao saldo devedor, mensuradas pelos valores originais, acrescidas de atualização monetária, juros e demais encargos exigíveis até a data do Balanço Patrimonial, segregadas em curto e longo prazos, observando-se o critério da exigibilidade.

Ao final do exercício, o saldo devedor dos financiamentos totalizou R\$96.474.780,65 (noventa e seis milhões, quatrocentos e setenta e quatro mil, setecentos e oitenta reais e sessenta e cinco centavos), cuja composição abaixo demonstramos:

Agente Financeiro	Contrato de Financiamento	Encargos	Término	Valor a Curto Prazo (R\$)	Valor a Longo Prazo (R\$)	Saldo Devedor (R\$)
CEF	EN.2615.0154011-66/04 - Pro-saneamento Abastecimento de Água	12,00% a.a.	09/02/2022	460.585,50	542.204,91	1.002.790,41
CEF	EN.2615.0154012-70/04 - Pro-saneamento Esgotamento Sanitário	10,50% a.a.	09/08/2021	321.697,13	197.515,68	519.212,81
CAIXA RS	008/2007 – ETE Belo	10,50% a.a.	05/10/2028	443.649,55	5.667.419,28	6.111.068,83
CAIXA RS	009/2007 – ETE Pena Branca	10,50% a.a.	05/10/2028	607.155,91	7.756.138,03	8.363.293,94
BANRISUL	001/2006 – ETE Samuara	9,90% a.a.	15/12/2028	177.045,92	1.416.367,32	1.593.413,24
BANRISUL	003/2006 – ETE Pinhal	9,90% a.a.	15/12/2028	1.227.255,65	9.818.045,20	11.045.300,85
BANRISUL	002/2006 – ETE Tega 2ª Etapa	9,90% a.a.	15/12/2028	1.735.690,83	13.885.526,68	15.621.217,51
BNDES	08.2.0364.1 – Sistema Marrecas	8,00% a.a.	15/06/2023	9.441.958,32	23.604.895,80	33.046.854,12
CEF	2615.0330475-11/2011 – CPAC Marrecas	9,40% a.a.	15/09/2020	4.159.584,85	-	4.159.584,85
BNDES	14.2.0339.1 - Ampl. Distrib. Água Sist. Marrecas/Faxinal/Samuara	7,90% a.a.	15/07/2026	2.280.310,49	12.731.733,60	15.012.044,09
Totais (R\$)				20.854.934,15	75.619.846,50	96.474.780,65

Tabela 16: Operações de Crédito Vigentes

NOTA 2.3 – FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO

Refere-se a obrigações contraídas com fornecedores nacionais, decorrentes da execução orçamentária da despesa, tendo totalizado, ao final do exercício, R\$6.155.677,95 (seis milhões, cento e cinquenta e cinco mil, seiscentos e setenta e sete reais e noventa e cinco centavos) e precatórios a pagar, registrados pelo valor atualizado, até a data do Balanço Patrimonial, de acordo com as informações recebidas do Tribunal de Justiça, no valor de R\$1.021.876,34 (um milhão, vinte e um mil, oitocentos e setenta e seis reais e trinta e quatro centavos).

NOTA 2.4 – OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO

Trata-se do registro das obrigações entre a Administração Direta e o SAMA E, pendentes de análise de recurso administrativo.

NOTA 2.5 – DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

Demonstra valores não pertencentes ao Órgão, retidos ou consignados nos pagamentos efetuados, devido à responsabilidade legal, ou ainda, valores oriundos de exigência como garantia na execução dos contratos firmados com a Autarquia. As cauções recebidas em dinheiro, bem como os rendimentos bancários delas decorrentes, são registrados como receita extraorçamentária e o recurso mantido em conta corrente específica, totalizando R\$962.182,66 (novecentos e sessenta e dois mil, cento e oitenta e dois reais e sessenta e seis centavos).

NOTA 3 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Abaixo, apresenta-se quadro evidenciando o Patrimônio Líquido, demonstrando assim a composição da linha “Resultados Acumulados” apresentada no Balanço Patrimonial:

Resultados Acumulados	Valor (R\$)
Resultado do Exercício (a)	92.172.101,53
Resultados de Exercícios Anteriores (b)	750.738.342,11
Ajustes de Exercícios Anteriores (c)	305.586,42
Somatório [(d) = (a) + (b) + (c)]	843.216.030,06

Tabela 17: Resultados Acumulados

Mediante análise dos dados abaixo apresentados, ajustados em observância à inscrição do montante dos restos a pagar não processados, registrados somente em contas contábeis de controle – classes 5 e 6, obteve-se um Saldo Patrimonial, $[(a) + (c)] - [(b) + (d)]$, de R\$829.265.229,84 (oitocentos e vinte e nove milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, duzentos e vinte e nove reais e oitenta e quatro centavos); diferenciando-se, portanto, do Patrimônio Líquido, $[(a) + (c)] - [(b) - (e) + (d)]$, cujo valor é de R\$843.216.030,06 (oitocentos e quarenta e três milhões, duzentos e dezesseis mil, trinta reais e seis centavos).

Situação Financeira (R\$)	
Ativo Financeiro (a)	215.984.177,69
Disponível	215.984.177,69
Passivo Financeiro (b)	21.429.486,12
Restos a pagar não processados (e)	13.950.800,22
Restos a pagar processados	6.400.112,52
Valores Restituíveis	1.078.573,38
Resultado Financeiro = [(a) – (b)]	194.554.691,57

Situação Permanente (R\$)	
Ativo Permanente (c)	742.777.243,44
Investimentos	19.506,28
Ativo Imobilizado e Intangível	700.415.016,06
Créditos	29.160.684,24
Valores	13.182.036,86
Passivo Permanente (d)	108.066.705,17
Dívida Fundada Interna	75.619.846,50
Dívida Flutuante	32.446.858,67
Resultado Permanente = [(c) – (d)]	634.710.538,27

Tabela 18: Situações Financeira e Permanente

NOTA 3.1 – AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

No exercício de 2019, foram contabilizados valores diretamente à conta de *Ajustes de Exercícios Anteriores*, totalizando R\$305.586,42 (trezentos e cinco mil, quinhentos e oitenta e seis reais e quarenta e dois centavos), lançamentos agrupados abaixo demonstrados:

Registros Contábeis – Valores a Crédito	Valor (R\$)
Adequação de saldo contábil aos controles analíticos da Seção de Registro de Patrimônio	49.163,05
Incorporação de bens indevidamente baixados e localizados no inventário 2017	149.067,35
Transferência para incorporação de bem patrimonial	107.356,02
Total (R\$)	305.586,42

Tabela 19: Ajustes de Exercícios Anteriores

NOTA 4 – QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO

O Superávit Financeiro, abaixo apresentado, apurado no Balanço Patrimonial, está desdobrado por vínculos de recursos utilizados pelo Órgão, sendo que, no exercício de 2019, foi de R\$194.554.691,57 (cento e noventa e quatro milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e noventa e um reais e cinquenta e sete centavos).

Tipo de Recurso	Disponibilidade (R\$)	Obrigações (R\$)	Superávit Financeiro (R\$)
Recursos Ordinários	215.651.106,99	21.429.486,12	194.221.620,87
400 - Recurso Livre – Administração Indireta	214.572.533,61	20.350.912,74	194.221.620,87
8400 - Recurso Livre – Extraorçamentário	1.078.573,38	1.078.573,38	-
Recursos Vinculados	333.070,70	-	333.070,70
7008 - Alienação de Bens Imóveis	217.620,26	-	217.620,26
7009 - Alienação de Bens Móveis	115.450,44	-	115.450,44
Totais (R\$)	215.984.177,69	21.429.486,12	194.554.691,57

Tabela 20: Apuração do Superávit Financeiro

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

[ANEXO 15 DA LEI FEDERAL N.º 4.320 DE 17 DE MARÇO DE 1964]

A IPC 05, normativa que trata dessa demonstração contábil, informa que sua finalidade é demonstrar as variações quantitativas ocorridas no patrimônio, sejam resultantes ou independentes da execução orçamentária.

O Quadro das Variações Patrimoniais Quantitativas foi elaborado utilizando-se as classes 3 (*Variações Patrimoniais Diminutivas*) e 4 (*Variações Patrimoniais Aumentativas*) do PCASP. Por ser de elaboração facultativa, o Quadro de Variações Patrimoniais Qualitativas não será apresentado pelo Órgão.

NOTA 1 – VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS

Cabe destacar que se trata de ganhos com alienação de imobilizado, incorporações de bens patrimoniais registradas pela Seção de Registro de Patrimônio, registros de entradas de almoxarifado não decorrentes da execução orçamentária e cancelamentos de variações monetárias sobre financiamentos.

NOTA 2 – OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

Esta linha apresenta o somatório das demais variações patrimoniais aumentativas não incluídas nos grupos anteriores da demonstração, tais como: resultado positivo de participações, reversão de provisões e ajustes a valores recuperáveis da dívida ativa, multas administrativas, indenizações e restituições, sentenças judiciais e alienação de sucatas.

NOTA 3 – TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS

Referem-se a transferências intragovernamentais resultantes de repasses financeiros à Administração Direta do Município, conforme Convênio n.º 1203/2018 – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, Termo de Acordo Judicial – Processo nº 010/1.13.0005587-1 – Fundo Municipal de Defesa do Consumidor e, ainda, ao IPAM Saúde, em observância a Lei Complementar Municipal n.º 298, de 20 de dezembro de 2007.

Os valores individuais estão discriminados na Nota 3 do Balanço Financeiro.

NOTA 4 – DESVALORIZAÇÃO E PERDAS DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS

Registra operações independentes da execução orçamentária, essencialmente os ajustes a valores recuperáveis da Dívida Ativa e seus cancelamentos, perdas com alienação, doações de bens efetuadas para o Município e desincorporação de imobilizado e intangíveis.

NOTA 5 – OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

Esta linha apresenta o somatório das demais variações patrimoniais diminutivas não incluídas nos grupos anteriores da demonstração, tais como: indenizações e restituições, sentenças judiciais e gastos com segurados – art. 62 da Lei Complementar Municipal n.º 298, de 20 de dezembro de 2007.

NOTA 6 – RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO

O resultado patrimonial do exercício, apurado nesta demonstração, integra o Patrimônio Líquido e totalizou R\$92.172.101,53 (noventa e dois milhões, cento e setenta e dois mil, cento e um reais e cinquenta e três centavos). A seguir, transcrevemos o resumo das variações:

Variações Patrimoniais Aumentativas (R\$) (a)	257.613.859,86	Variações Patrimoniais Diminutivas (R\$) (b)	165.441.758,33
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.339.319,23	Pessoas e Encargos	55.499.835,65
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	231.215.439,92	Benefícios Previdenciários e Assistenciais	81.979,61
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	18.730.395,35	Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	73.085.840,30
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	129.023,73	Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	10.105.535,26
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	4.199.681,63	Transferências e Delegações Concedidas	3.375.642,03
		Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	11.857.217,12
		Tributárias	3.073.123,99
		Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	8.362.584,37
Resultado Patrimonial do Período (R\$) = [(a) – (b)]		92.172.101,53	

Tabela 21: Apuração do Resultado Patrimonial do Período

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

[ANEXO 18 DA LEI FEDERAL N.º 4.320 DE 17 DE MARÇO DE 1964]

A Demonstração dos Fluxos de Caixa evidencia as movimentações ocorridas na conta Caixa e Equivalentes de Caixa. Esta foi elaborada pelo método direto e apresenta as entradas e saídas de caixa classificadas em fluxos operacional, de investimento e de financiamento, estando sua elaboração condicionada à observância dos preceitos da IPC 08. Sua elaboração levou em consideração as contas da classe 6 (*Controles da Execução do Planejamento e Orçamento*), com filtros pelas naturezas orçamentárias de receitas e de despesas. A soma dos três fluxos anteriormente citados, e abaixo demonstrados, corresponde à diferença entre o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício em relação ao saldo do exercício anterior.

Demonstração dos Fluxos de Caixa (R\$)	
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (a)	96.192.455,06
Ingressos	261.056.481,38
Desembolsos	164.864.026,32
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (b)	– 21.731.407,48
Ingressos	115.101,08
Desembolsos	21.846.508,56
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (c)	– 22.765.193,04
Ingressos	–
Desembolsos	22.765.193,04
Geração Líquida de Caixa = [(a) + (b) + (c)]	51.695.854,54

Tabela 22: Demonstração dos Fluxos de Caixa

20

NOTA 1 – FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

Os ingressos compreendem as receitas relativas às atividades operacionais, líquidas das respectivas deduções, as transferências correntes recebidas e outros ingressos operacionais. Diante da ausência de regras específicas de preenchimento na IPC 08, o Município adotou convenções próprias, quanto à composição da linha *Outros Ingressos Operacionais*, quais sejam: (i) saldo inicial da conta 1.1.3.5 – *Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados* e (ii) valores da movimentação credora das contas contábeis de 1.1.3.8 – *Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo* e 2.1.8.8 – *Valores Restituíveis*.

Os desembolsos compreendem os pagamentos relativos às atividades operacionais, inclusive de restos a pagar, segregando-se em desembolsos de pessoal e demais despesas; juros e encargos da dívida; transferências concedidas e outros desembolsos operacionais. Diante da ausência de regras específicas de preenchimento na IPC 08, o Município adotou convenções próprias, quanto à composição da linha *Outros Desembolsos Operacionais*, quais sejam: (i) saldo final da conta 1.1.3.5 – *Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados* e (ii) valores da movimentação devedora das contas contábeis 1.1.3.8 – *Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo*, 2.1.8.8 – *Valores Restituíveis* e 3.5.1.1.2 – *Transferências Financeiras Concedidas*.

NOTA 2 – FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

Houve, no exercício, ingresso proveniente de alienação de bens devido à realização de um leilão. Os desembolsos decorrem do pagamento de despesas de aquisição de ativo não circulante, inclusive de restos a pagar: investimentos, softwares, obras e instalações, equipamentos e material permanente, entre outros, cuja natureza da despesa seja de código 4 ou 5, segundo a Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964. A linha *Outros Desembolsos de Investimentos* observou a forma de preenchimento estabelecida na IPC 08.

NOTA 3 – FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Não houve ingressos de receitas de capital obtidas por meio de financiamento. Os desembolsos compreendem os pagamentos relativos às atividades de financiamento, segregados na forma estabelecida na IPC 08.

NOTA 4 – APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO

A regra para preenchimento da linha *Caixa e Equivalentes de Caixa*, estabelecida na IPC 08, definiu que, naquele campo, somente devem ser apresentados os valores constantes da conta contábil 1.1.1.

NOTA 5 – GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA

De acordo com o que fica evidenciado na Demonstração dos Fluxos de Caixa, houve geração líquida de caixa de R\$51.695.854,54 (cinquenta e um milhões, seiscentos e noventa e cinco mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos), correspondendo, em média, a um resultado líquido de R\$4.307.987,88 (quatro milhões, trezentos e sete mil, novecentos e oitenta e sete reais e oitenta e oito centavos) ao mês.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

NOTA 1 – PLANOS HIERARQUICAMENTE INTEGRADOS

NOTA 1.1 – METAS FISCAIS

O Demonstrativo de Metas Fiscais, compreendendo o Resultado Primário e Resultado Nominal, foi publicado de forma consolidada pelo Órgão 02 – Administração Direta.

NOTA 1.2 – METAS PROGRAMADAS

Em decorrência dos planos hierarquicamente integrados, é possível estabelecer relação entre o planejamento dos Programas constantes do Plano Plurianual para o Setor Público – PPA, Período 2018 – 2021, Lei Municipal n.º 8.192, de 05 de junho de 2017, e sua execução financeira, conforme Lei Municipal n.º 8.355, de 12 de dezembro de 2018 – LOA – Lei Orçamentária Anual.

Programas	Valor Estimado – R\$ 2018 a 2021	Exercício 2019		Total Executado – R\$	%
		Valor Executado – R\$	%		
Eixo 02 – Caxias da Cidade					
0005 – Infraestrutura	104.055.600,00	22.355.461,84	21,48	34.378.777,61	33,04
Eixo 05 – Caxias da Preservação					
0013 – Meio Ambiente	408.734.320,53	69.742.371,45	17,06	136.532.160,51	33,4
Eixo 07 – Caxias da Gestão					
0000 – Encargos Especiais	137.523.479,47	35.702.841,54	25,96	71.868.512,57	52,26
0018 – Gestão e Governo Municipal	349.955.100,00	61.145.231,94	17,47	130.670.197,64	37,34
9999 – Reserva de Contingência e Reserva do RPPS	2.000.000,00	-	-	-	-
Totais (R\$)	1.002.268.500,00	188.945.906,77	18,85	373.449.648,33	37,26

Tabela 23: Metas Programadas

NOTA 2 – RISCOS FISCAIS

Quanto ao Termo de Acordo Judicial firmado pelo SAMAE e Município de Caxias do Sul, com o Ministério Público – Processo Judicial n.º 010/1.13.0005587-1, informa-se que permanecem registrados os saldos em pendentes de devolução, nas contas de controle de riscos fiscais.

Relativamente as Demandas Judiciais, fora estabelecido no Anexo de Riscos Fiscais da Lei Municipal n.º 8.334, de 09 de outubro de 2018, LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, e, engloba valores decorrentes de ações judiciais, das quais a Autarquia figura como parte integrante, tais como: ações indenizatórias, declaratórias, ordinárias, desapropriações, execução de sentenças e reclamações trabalhistas, encontrando registro nas contas de natureza de controle.

NOTA 3 – PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS

A Portaria STN n.º 548, de 24 de setembro de 2015, aprovou, em forma de anexo, o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais a serem necessariamente observados para a consolidação das contas públicas nacionais. O SMAE apresenta, na tabela abaixo, o plano de ação adotado para cada procedimento:

Procedimento Contábil Patrimonial	Prazo para Implantação	Plano de Ação
1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos <u>créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários)</u> , bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	01/01/2021	Em processo de revisão.
2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos <u>créditos previdenciários</u> , bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas.	01/01/2021	Não aplicável.
3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos <u>demais créditos a receber</u> , (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	01/01/2018	Em processo de revisão.
4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da <u>Dívida Ativa, tributária e não-tributária</u> , e respectivo ajuste para perdas.	Imediato	Implantado.
5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das <u>provisões por competência</u> .	01/01/2020	Implantado.
6. Evidenciação de <u>ativos e passivos contingentes</u> em contas de controle e em notas explicativas.	01/01/2020	Há registro nas contas de controle.
7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos <u>bens móveis e imóveis</u> ; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (<u>exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura</u>).	01/01/2020	<u>Bens Móveis</u> : implantado. <u>Bens Imóveis</u> : em implantação.
8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos <u>bens de infraestrutura</u> ; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.	01/01/2023	Em implantação.
9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos <u>bens do patrimônio cultural</u> ; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).	01/01/2023	Não aplicável.
10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de <u>empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias</u> .	01/01/2020	Implantado.
11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de <u>benefícios a empregados</u> (ex.: 13º salário, férias, etc.).	01/01/2018	Implantado.
12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da <u>provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares</u> .	Imediato	Não aplicável.
13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das <u>obrigações com fornecedores</u> por competência.	01/01/2016	Implantado.
14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das <u>demais obrigações por competência</u> .	A ser definido em ato normativo específico.	Não aplicável.
15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como <u>intangíveis</u> e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	01/01/2021	Implantado.
16. <u>Outros ativos intangíveis</u> e eventuais amortização e redução a valor recuperável.	A ser definido em ato normativo específico.	Não aplicável.
17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos <u>investimentos permanentes</u> , e respetivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	01/01/2020	Implantado.
18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos <u>estoques</u> .	01/01/2022	Em processo de revisão.
19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos <u>demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP</u> .	A ser definido em ato normativo específico.	Não aplicável.

Tabela 24: Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As demonstrações contábeis desta Autarquia integrarão, para todos os efeitos, as demonstrações contábeis consolidadas do Município de Caxias do Sul.

A relação dos gestores responsáveis pelo exercício financeiro de 2019 está abaixo apresentada:

Gestores	Períodos de Gestão
Amarilda Bortolotto	15/07/2019 a 11/08/2019
	25/09/2019 a 22/12/2019
Gabriel Sperandio Milan	01/02/2019 a 14/07/2019
	11/01/2019 a 25/01/2019
Gerson Antonio Panarotto	12/08/2019 a 10/09/2019
	11/09/2019 a 24/09/2019
Giovani Santos Zappas	01/01/2019 a 10/01/2019
	26/01/2019 a 31/01/2019
Idair Antonio Moschen	23/12/2019 a 31/12/2019

Tabela 25: Gestores e Períodos de Gestão

Resta informar que a responsabilidade pela entrega e a disponibilização das demonstrações contábeis é do gestor atual, Sr. Idair Antonio Moschen.

Caxias do Sul, 11 de março de 2020.

Idair Antonio Moschen,
Diretor-Presidente.
CPF: 439.666.329-34

Laurenço Benetti Bonfá,
Diretor Financeiro.
CPF: 911.070.830-87

Viviane Brochetto,
Contadora – CRC/RS 69891.
CPF: 931.183.330-49